

**N.º: Gp840-X**

**Proc.º: 30.06.01.26**

**25.04.00.01.04**

**Data: 13.01.2015**

**Assunto: Interpeção ao Governo Regional – Acessibilidades e Transportes**

**Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente e membros do Governo,**

**Implementar um sistema de transportes eficiente e promotor de acessibilidades é fundamental em todas as regiões e, por acrescidas razões, numa região com as características dos Açores, que mais do que a fronteira da Europa na rota para a América têm periferias internas que merecem dirigida atenção.**

**A nossa periferia, a nossa ultraperiferia extrema, as grandes distâncias internas, exigem de quem nos governa a implementação de políticas estruturadas e estruturais de transportes (aéreo e marítimo), que transformem as fragilidades e as desvantagens da realidade arquipelágica em oportunidades geoestratégicas que promovam e sustentem a coesão social e territorial, garantindo a todos os Açorianos a igualdade de oportunidades de mobilidade, quer inter-ilhas, quer no acesso ao exterior, bem como permitam o**

**escoamento célere e economicamente rentável das boas produções açorianas.**

**Perante esta realidade um desígnio regional impera: ter transportes regulares, com tarifas a preços socialmente justos. É precisamente este desígnio que o CDS-PP tem vindo a perseguir desde há muito.**

**Importa recordar, aqui e agora, que sempre defendemos abaxamentos significativos nos preços das passagens aéreas, sendo as propostas de introdução das tarifas promocionais para o exterior, inter-ilhas e para estudantes ou o aumento do número de tarifas promocionais por voo (aprovadas por esta Assembleia), ou a abolição da taxa de combustível (rejeitada pela maioria socialista – e que permitiria que há muito os Açorianos estivessem a pagar viagens muito mais baratas) um património político do qual não abdicamos!**

**Aliás, os Açorianos reconhecem ao CDS-PP, sob o ponto de vista da política de transportes aéreos, em particular, uma coerência e uma consistência nas palavras e nos actos: Sempre fomos contra a liberalização selvagem do espaço aéreo açoriano (e o que está a acontecer, com o novo modelo de obrigações de serviço público, é**

praticamente isso); Sempre fomos críticos da política de preços e horários praticados nas ligações inter-ilhas.

Acima de tudo, temos uma visão política substantivamente diferente de quem tem governado a Região (PS e PSD) sobre como gerir um activo chamado SATA.

Estão em curso grandes anúncios sobre uma nova política de acessibilidades dos Açorianos ao exterior e dos turistas aos Açores. Vêm aí novas obrigações de serviço público para o transporte aéreo regular entre os Açores, o Continente e a Madeira. Um modelo com peculiares diferenças face à proposta inicial; um modelo que regista uma estranha inversão conceptual e política da maioria socialista.

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

*“É consensual na sociedade açoriana que as ligações aéreas com o exterior têm de obedecer aos seguintes critérios:*

- 1. Preços iguais para todas as ilhas;*
- 2. Possibilidade de um Açoriano poder sair ou entrar da sua ilha no mesmo dia;*

***3. Possibilidade da carga perecível originada em cada ilha poder ser exportada no mesmo dia;***

***4. Potenciar o desenvolvimento do turismo em todo o arquipélago.***

***Qualquer alteração ao modelo de transporte aéreo existente tem que ter em atenção estes 4 critérios. (...) A miragem de uma baixa súbita das passagens, para uma determinada ‘gateway’, para retirar alguém do mercado ou apenas como técnica de marketing, é mesmo só uma miragem. O que interessa é saber o que perdura, o que fica depois da guerra comercial e ou da publicidade enganosa! A estabilidade e a previsibilidade do transporte aéreo são fundamentais para o desenvolvimento do sector do turismo, mas também para o desenvolvimento económico e social das diversas ilhas dos Açores”.***

**Concordamos na íntegra! E o Governo e a maioria concordam?**

**Esta era a visão do PS/Açores até há pouco tempo. Acabei de citar o Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, que exerceu o cargo até 2008.**

**Também o ex-Presidente do Governo Regional, Carlos César, sem prescindir da protecção integral de todos os Açorianos, ao contrário do que agora se verifica com as novas regras, finalizou um *“processo de revisão das Obrigações de Serviço Público nas ligações aéreas com o Continente, no sentido de permitir que no âmbito das tarifas promocionais, quer para residentes e estudantes, quer na operação regular destinada a não residentes, possam ser praticadas preços de passagens inferiores a 100 euros”*.**

**Aliás, a própria proposta inicial do Governo Regional, enviada a Lisboa, não contemplava qualquer liberalização selvática de rotas, até porque estavam acauteladas as frequências mínimas para todas as gateways.**

**Luísa Schanderl, Secretária da Economia, na comunicação aos Açorianos, em Maio de 2012, resumindo as principais alterações apresentadas à República, dizia que *“Esta é uma proposta que não contempla qualquer aumento do financiamento público ao transporte aéreo, mas que permite uma redução do custo atual das passagens superior a 40 por cento para os residentes. Assim, as alterações propostas visam flexibilizar as Obrigações de Serviço Público, (...)”***

***garantindo a manutenção das acessibilidades atuais e permitindo que os residentes e os estudantes dos Açores, independentemente da ilha onde residam, tenham acesso, em condições de igualdade, a tarifários inferiores àqueles que atualmente são praticados”.***

**Como se vê das intenções manifestadas a Lisboa às negociações encetadas com a República vai uma grande diferença. Sucumbiu-se a lobbies de companhias aéreas e de outros grupos empresariais.**

**E a prova disso foi a presença cicerone de dois governantes num evento de uma companhia aérea, acompanhando o Deputado do PSD Jorge Macedo!**

**Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,**

**Apesar de se registarem alguns aspectos que o CDS não pode deixar de considerar positivos nestas novas OSP, até porque resultam de propostas feitas por nós e aprovadas por este Parlamento – como o aumento das frequências ao Pico e o aumento das tarifas promocionais em cada voo – as novas regras, neste momento, suscitam mais dúvidas do que certezas à maioria dos Açorianos.**

**Assim, importa interpelar o Governo sobre alguns aspectos:**

**Já foi finalizado o acordo entre os Governos Regional e da República para rever as obrigações de serviço público? Quais os pormenores que ainda estão pendentes?**

**Utiliza-se o chavão de que os Açores foram transformados em “aeroporto único”, mas não se explica a Terceirenses, Graciosenses ou Jorgenses, por exemplo, como farão para viajar para o exterior se ficarem sem acesso a viagens directas a partir das Lajes?**

**Não se diz a ninguém como é que se procederão os encaminhamentos dos residentes e estudantes para a gateway que apresente o melhor preço?**

**E as viagens inter-ilhas... Como ficam? Vamos viajar para Lisboa por 30 e 40 euros, mas continuar a pagar 160 ou 170 euros para ir das Flores ou do Faial para São Miguel?**

**Quais as principais alterações com que os Açorianos serão confrontados com a alteração às obrigações de serviço público nas**

**ligações aéreas inter-ilhas? Nesta altura já não devíamos ter as OSP's inter-ilhas enquadradas com o novo modelo de ligações para o exterior? Qual é o segredo? O que esconde o Governo?**

**Como se vão articular as ligações inter-ilhas com as partidas e chegadas dos voos *low cost* em São Miguel?**

**Que garantias de segurança têm os Açorianos que percam a ligação ao Continente porque o voo inter-ilhas sofreu atrasos ou cancelamentos?**

**E como ficam os Açorianos que são servidos pelo Aeroporto das Lajes se não existirem companhias interessadas em voar na rota liberalizada da Terceira?**

**E quais serão as regras dos reembolsos aos passageiros residentes e estudantes que sejam confrontados com passagens acima dos 134 euros?**



**E quem suportará os custos acrescidos dos Açorianos que sejam obrigados, por deficiente articulação horária entre companhias, a ter que pernoitar fora da sua ilha de residência?**

**E quem vai assegurar o pagamento do reencaminhamento dos turistas que cheguem aos Açores por São Miguel e que queiram ir a outras ilhas? É legal pagar reencaminhamentos a turistas? A União Europeia aprova esta habilidade?**

**Estamos a cerca de 60 dias da entrada em vigor das novas regras e nada disso está explicado. Impõe-se esclarecimentos e nesta Casa...**

**Em Maio de 2012, os Açorianos foram o ponto de partida para a revisão das regras; em Maio de 2015, os turistas serão a única prioridade!**

**Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,**

**Se nos transportes aéreos a nebulosa é grande, importa também esclarecermos, ao longo deste debate, as tentativas que tem vindo a**

**ser feitas para se implementar uma política de transporte marítimo inter-ilhas.**

**Existem obsessões com mega barcos, existem Planos Integrados que são só fachada, existem incidentes e acidentes que carecem ser devidamente explicados.**

**O debate começa agora... Esperam-se e exigem-se respostas claras e concretas do Governo Regional, porque, segundo o especialista Jorge Ávila *“O sistema de transportes está para o bem estar económico e social de qualquer região como o sistema circulatório está para o bem estar físico individual”*.**

**O Deputado Regional**

***Artur Lima***